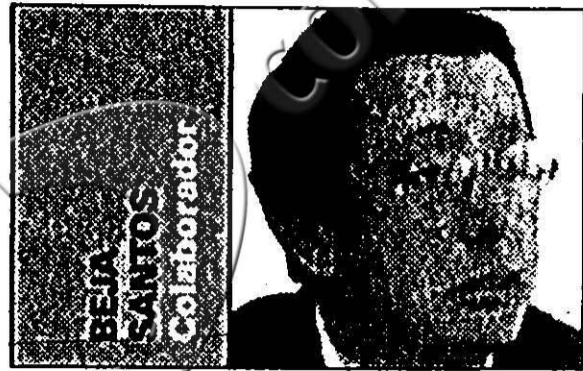


A IMAGEM DE UM CONSUMO DE IMAGENS

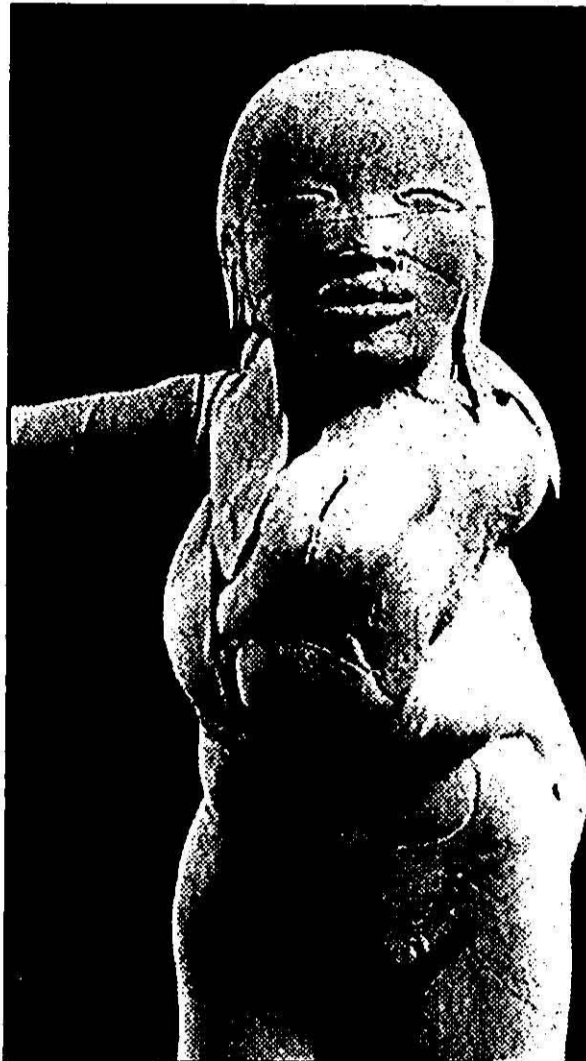
Capitalismo contra capitalismo...



Editado em França em 1991 e em Portugal em 1992, "Capitalismo contra Capitalismo", por Michel Albert, não perdeu, passados estes turbulentos anos, o vigor polémico e provocatório; pelo contrário, o tempo encarregou-se de adensar observações e as conjecturas de pormenor em nada desvalorizam as mensagens principais (1). Gostei-se ou não, a sra. Thatcher e o sr. Reagan, na década de 80, organizaram uma restauração da ideologia capitalista, que se pode resumir em poucas palavras: o mercado é bom, o Estado é mau; a protecção social não é um critério de progresso e de equidade, é um elemento que encoraja a preguiça. Em consequência, recomenda-se aos governantes que baixem os impostos e as contribuições sociais, pois o Estado deve recuar em toda a linha. Contudo, o capitalismo não é homogéneo; há predominantemente dois modelos: o norte-americano, assente no sucesso individual e no lucro financeiro a curto prazo, e o modelo "renano" praticado na Alemanha, na Suíça, no Benelux, na Europa do Norte e com variantes no Japão, privilegiando o sucesso colectivo, o consenso e o longo prazo. Ambos os modelos dão respostas diferentes a questões precisas: a imigração, a pobreza, a segurança social, a hierarquia dos salários, a fiscalidade, a regulamentação, a repartição de poderes dentro das empresas, por exemplo. Não é ainda possível falar-se (se bem que seja possível antever a prazo) dum "modelo europeu" — divergem as heranças de autonomização do indivíduo, de capitalismo

familiar, de protecção. Para o autor, a década de 90 pronuncia o primeiro episódio do novo combate ideológico (que opõe o capitalismo neo-americano ao capitalismo renano). Pois bem, entrámos na fase do capitalismo no lugar do Estado. A Europa dá sinais de mudanças de fundo em torno da desculpabilização do dinheiro, da ascensão do individualismo, de "endurecimento" social e até de uniformização dos comportamentos. Mas será que se pretende o modelo neo-americano ou renano, agora, na União Europeia? Convirá reflectir-se quanto aos efeitos de um modo ultraliberal e desregulamentador levado às últimas consequências: protecção social reduzida a pó, ficando de pé a reforma de base, já que é financiada pelos descontos obrigatórios; quanto ao sistema educativo, estará fora de causa imaginar uma escola gratuita da pré-primária à universidade... e podíamos dar mais exemplos quanto a equipamentos colectivos, trabalho e desemprego. Para Michel Albert, só os países renanos conseguiram provar que uma protecção social mais generosa pode ser acompanhada de uma economia com melhor "performance". Opção: ou escolhemos um modelo renano para os Estados Unidos da Europa ou entregamos o nosso futuro a um modelo similar ao norte-americano.

Philippe Saint Marc é um nome emblemático da ecologia. A sua volumosa obra "Economia bárbara" parece-me um justo e apropriado aditamento ao que nos é sugerido por Michel Albert (2). "A nossa sociedade torna-se bárbara, porque a nossa economia já o é, sendo a violência da economia que produz a violência da sociedade. A economia torna-se bárbara, porque degrada os homens, destruindo o seu ambiente físico, social e ideológico." A obra começa por uma detalhada enunciação de danos, prepotências e fragilidades que compro-



vam a doença do sistema e a nossa vulnerabilidade psicológica. Ambientalista intransigente, o autor propõe sem reservas e como contrapartida ao caos actual que se "cuide da sociedade" mediante um desenvolvimento humanista, que fortifique os homens na sua saúde física, psíquica e moral e que os torne mais aptos a dominarem as dificuldades da existência. Al se podem situar os objectivos de uma economia ecológica, que terá como objectivos o desenvolvimento humano graças ao seu próprio progresso, a harmonia com a natureza e com a humanidade, o pleno emprego e uma política ecológica da saúde. A missão primordial da economia é a de dar a cada um o máximo de oportunidades, dia após dia, "de ser mais" amanhã do que ontem. Saint Marc sublinha linhas de orientação para a harmonia com a Natureza e com a humanidade: a personalização do homem na organização do espaço (descentralização dos descontrolados pólos urbanos, renascimento dos campos, regresso da Natureza

na vida de cada um, desenvolvimento da vitalidade da vida comunitária, etc.). Curiosa e controversa é a sua recomendação que se passe a um "neokeynesianismo ecológico", ou seja, que se reabilite a importância fundamental da procura com objectivos de interesse público e privado, eliminando-se desperdícios quanto a recursos humanos e naturais. Não é este o lugar para dissecar os benefícios e desvantagens de uma nova direcção económica, à escala planetária, pelo keynesianismo ecológico. A divulgação que se faz é que não é uma fatalidade a resignação ao mercado de trabalho e do consumo a diferentes velocidades, nem é inelutável o regresso ao capitalismo do salve-se quem puder. O consumismo não deve ficar silencioso face a tantos sinais de alarme. É por isso mesmo que no próximo apanhado de reflexões aqui se falará no desenvolvimento ecológico e numa nova atitude perante os valores de consumo, a simplicidade voluntária, questionando ainda se é possível convergirmos para a equidade sem aceitarmos viver com fragilidade consentida. Discutamos, pois.

A ilustração é uma terracota do artista belga Jean-Pierre de Coster. Uma composição que se presta a múltiplas leituras: o informe que preludia as formas harmónicas, a duplicidade da barbárie e das linhas puras, a antemã da humanização, como se coubesse às nossas mãos amassar este barro humano, pondo o homem à imagem e semelhança do seu Criador. Com as nossas mãos criativas e abnegadas partamos para os limiares do Infinito... com o "neokeynesianismo ecológico" ou outra resposta mais eficaz e ecuménica.

(1) "Capitalismo contra capitalismo", por Michel Albert, Livros do Brasil, Lisboa.
 (2) "Economia Bárbara", por Philippe Saint Marc, Instituto Piaget, 1997

BIBLIOGRAFIA

PARA SI

Investir sem risco



Investir a curto prazo sem risco, é possível? É um trabalho cada vez mais árduo, lê-se no boletim quinzenal "Poupança Quinze" referente à 1.ª quinzena de Julho.

Pois é do acervo informativo deste número que se seleccionou o investimento a curto prazo O montante a aplicar é o factor dominante. "Poupança Quinze" sublinha que de um mês para o outro não se verificaram alterações significativas. Mas atenção à fusão Banco de Fomento e Exterior e o Banco Fonseca & Burnay a que se juntará o Banco Borges & Irmão depois do Verão.

Quem é cliente de longa data de uma entidade bancária, o cliente que é adepto fervoroso dos depósitos a prazo o que deve fazer é negociar. Na verdade, com taxas tão baixas como as apresentadas pelos bancos, "regatear" é a solução. Por outro lado, a taxa de juro que alguns bancos oferecem pelo nosso dinheiro é tão baixa que não chega sequer para "cobrir" a inflação, ou seja o dinheiro no banco representa cada vez menos poder de compra. Fazendo a média da subida dos preços de Maio do ano passado ao mesmo mês deste ano a inflação foi de 2,2 por cento. Se este ritmo se mantiver até ao fim do ano quem constituir um depósito a seis meses no Banco Santander, por exemplo, perde 0,2 por cento do poder de compra.

— Investir um mês: para montantes de 25 até 50 contos, opte pelo Banco Nacional de Crédito Imobiliário que remunera a 2,9 por cento. Para mais de 50 contos, o Montepio Geral disponibiliza o mesmo, e a partir da centena de contos a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo sobe a "parada" para 3 por cento. Para quem dispõe de mais de 500 contos, o Banco Português de Investimento oferece 3,1 por cento.

— Investir três meses, aqui as alternativas estão substancialmente reduzidas: limitam-se aos certificados de aforro (mínimo de mil escudos) com uma taxa de 3,2 por cento líquidos e ao BNC, a partir de mil contos, que pratica uma taxa de 3,3 por cento.

— Investir seis meses: é o BNC quem domina as melhores escolhas, com taxas entre os 2,8 e os 3,4 por cento, conforme a quantia a aplicar.

— Investir um ano, a ceifa repete-se: o Banco Nacional de Crédito Imobiliário começa por ser a melhor opção a partir dos 25 contos (2,6 por cento); depois aparece o Banco Universo para quantias superiores a 50 contos, com 3 por cento; finalmente, o mesmo BNC recupera a liderança para montantes a partir de mil contos, pois oferece uma taxa de 3,4 por cento.

Para mais informações, consultar o boletim "Poupança Quinze" na Edideco - Editores para a Defesa do Consumidor, Lda., Av. Eng.º Arantes e Oliveira, n.º 13, 1.º B, Olaias, 1900 Lisboa. Tel. 01-8410801 e fax. 01-8410802.

A caminho de ganhar o campeonato

Emílio Peres

Leitor, espante-se. Na nebulosa Inglaterra de maus comerres, a vende de azeite duplicou em dois anos apenas. E o azeite está na moda: cantam-lhe o sabor, o cheiro, as delícias dos cozinhados em que entra, as suas virtudes saudáveis.

Se fosse só o azeite! Mas é o azeite e alho, são as caldas de azeite, cebola e alho, são as tibornas e o pão de azeite. As revistas espalham receitas. Os médicos dizem que faz bem à saúde. Na opinião do inglês médio, que só comprava azeite na farmácia em frascos de meio pinto para tratar a prisão de ventre, o azeite é bom para a saúde e é gostoso e, por isso, está a pensar adoptá-lo em sua casa.

Na Holanda, a mudança é ainda mais evidente. Em certas ruas já se sente o perfume da cozinha olívea exalado dos restaurantes. E lá dentro servem azeitonas, pão de alho e azeite, os comerres da Europa do Sul, o vinho tinto.

A comida mediterrânica, ou seja, a portuguesa, está na ordem do dia.

O leitor não imagina quanto é grande o esforço da investigação científica mundial para explicar as razões que fazem do azeite uma fonte de saúde e juventude e para explicar as enormes vantagens da nossa alimentação típica. E também não sabe que, só na União Europeia, jornais e revistas já publicaram mais de mil artigos de divulgação acerca de azeite e comida mediterrânica.

A Califórnia expande o olival a ritmo superior ao da vinha. Produz excelente azeite virgem, grosso, colorido, cheiroso. E vende toneladas de azeitona, por sinal alguns furos abaixo da nossa.

Saladas de verdura decoradas com azeitonas e temperadas com azeite, pratinhos de azeitonas e queijinhos, em vez de manteiga, paté e pifios queijos fundidos, são cada vez mais servidos pelos restaurantes de todo o Mundo. Aqui não: ainda estamos na fase de aq-

mirar as modas que nos impusem há alguns anos.

Caro leitor! Como português,

Os esforços para explicar que o azeite é uma fonte de saúde estão na ordem do dia

exulte e rejubile. A comida de seus pais e avós é que está a dar. Azeite é que é. Azeitonas são maravilha. E se juntar um copito de vinho — só um por refeição e do tinto — então já está no céu e alongará os anos de espera para passar ao Além.

Santos da casa não fazem mila-

gres. É confrangedora a lentidão com que nos reconvertemos ao azeite e às coisas boas da nossa cultura alimentar. Está aí a Expo 98 (até lá vai haver um grande debate sobre azeite) a demonstrar que os portugueses conheceram todos os mares em primeira mão e transformaram o Mundo numa aldeia. Talvez não mostre outros aspectos que nos dignificam, como por exemplo que, ao contrário de outros grandes estados do nosso continente, o nosso nunca entrou em bancarrota. Mas agora estamos paraditos.

Os franceses estão mais vivazes. Imagine, leitor, que começaram agora a exportar os tristes anglo-saxónicos e escandinavos — os da cerveja, das riladas e das margarinas em grande e de quase nada de hortaliças — pastilhas de vinho tinto! Aproveitem os lotes menos interessantes e fazem pilulas indiscutivelmente ricas de antioxidantes. Isto é que é saber!

No próximo escrito vamos só falar de azeite.